



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Neto da Silva, Míria Ribeiro; Féres-Carneiro, Terezinha
SILÊNCIO E LUTO IMPOSSÍVEL EM FAMÍLIAS DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS
Psicologia & Sociedade, vol. 24, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 66-74
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326538008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SILÊNCIO E LUTO IMPOSSÍVEL EM FAMÍLIAS DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

SILENCE AND IMPOSSIBLE MOURNING IN FAMILIES OF MISSING BRAZILIAN POLITICAL MILITANTS

Míria Ribeiro Neto da Silva e Terezinha Féres-Carneiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Tendo como cenário a história política recente do Brasil e partindo dos fundamentos da teoria da transmissão psíquica geracional, o presente trabalho discute as questões relacionadas ao luto impossível e ao silêncio imposto pelos “segredos de Estado” às famílias de ativistas políticos desaparecidos durante o regime militar. Para ilustrar a discussão, dois membros de duas famílias de desaparecidos políticos, indicados pelo grupo *Tortura Nunca Mais*, foram entrevistados. Essas famílias ainda buscam preencher uma memória esburacada, que só poderá ser resgatada pela inscrição temporal dos acontecimentos, através da ritualização do luto e do conhecimento das circunstâncias da morte de seus entes, finalizando um ciclo inacabado. As situações traumáticas não reconhecidas pela sociedade, e por isso não legitimadas, provocaram nessas famílias uma incapacidade de elaboração do trauma e de sua superação.

Palavras-chave: trauma; segredo; luto impossível; silêncio imposto; desaparecidos políticos.

ABSTRACT

Taking Brazilian recent political history as a scenario, and starting from the background provided by the theory of generational psychological transmission, the present work discusses questions related to impossible mourning and the silence imposed by “state secrets” to the families of political militants who disappeared during the military regime. In order to illustrate the discussion, two members of two families of missing militants, indicated by the group *Torture Never Again*, were interviewed. These families still try to fulfill the bumpy memories, which can only be rescued through the temporal inscription of occurrences, through the ritualization of mourning and the knowledge of the circumstances involving the death of their family members, putting an end to an unfinished cycle. The traumatic situations not recognized by society, thus not legitimated, resulted for these families in the incapacity to elaborate and overcome trauma.

Keywords: trauma; secret; impossible mourning; imposed silence; missing militants.

A questão dos “desaparecidos”, uma pendência histórica herdada do regime militar e sempre tratada como questão política, remete à consideração dos aspectos subjetivos, também vislumbrando o contexto familiar, e ao impacto traumático decorrente desse contexto na história das famílias dos atingidos. Entretanto, como observa Benghozi (2000), esses eventos traumáticos são como uma fratura do tecido grupal familiar e comunitário, uma implosão catastrófica da própria identidade comunitária.

A teoria da transmissão psíquica geracional (Abraham & Torok, 1995; Benghozi, 2000; Eiguer, 1998; Puget, 2000) abarca conceitos-chave da clínica psicanalítica contemporânea (Ruiz Correa, 2000), constituindo-se numa referência teórica importante para

análise dos efeitos psíquicos observados nas famílias atingidas por situações traumáticas impostas pela impossibilidade de elaborar o sofrimento face ao não-dito e ao luto impossível. Para Berger e Luckman (1996), é a linguagem que assegura a superposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado. O segredo enterrado, sob o nome de segredos de “Estado”, remete ao conceito clínico de cripta (Abraham & Torok, 1995), que corresponde ao enterro intrapsíquico de uma vivência de vergonha e do indizível.

No caso dos desaparecidos do Brasil, “não falar” é uma resposta social comunitária da impossibilidade de admitir a culpa e gerir a vergonha. Com a negação da abertura dos arquivos militares e a impossibilidade de julgamentos dos atos de tortura e desaparecimento,

impede-se a reparação, produzindo uma memória oca com a impossibilidade de uma memória psíquica na história da família.

A cripta, ou seja, o túmulo do fantasma onde os segredos estão confinados, foi materializada pela lei da Anistia¹, que propõe uma reintegração de direitos políticos, mas sem propor uma política ou ação pública de reparação aos atingidos pelos atos de violação aos direitos humanos. E disso ainda não se fala abertamente. Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2006) descreve os ritos de apaziguamento, praticados por povos primitivos que, após matarem seus inimigos de guerra, lamentavam suas mortes e suplicavam seu perdão, pois temiam os fantasmas de seus inimigos assassinados.

Nas sociedades civilizadas, a reparação ocorre pela ação pública. Benghozi (2000) assinala que a forma de prevenir ações violadoras passa pela ritualização do perdão adequadamente pedido. O que importa, mais que o conteúdo do segredo, é a interdição de falar. A reparação dos danos, que se ritualiza pela possibilidade de saber e de falar, seria então um rito de apaziguamento (Ruiz Correa, 2000). No caso dos desaparecidos políticos brasileiros, um tabu foi violado num Estado de direito, onde não existiria a possibilidade de práticas de tortura, nem a legalidade para a prática da pena de morte, o que ocorreu nas execuções sumárias.

Freud (2006/1930) distingue o sentimento de culpa do sentimento de culpabilidade. Apresenta o primeiro como uma tensão entre o severo superego e o ego, vinculado a uma vivência de responsabilização subjetiva por um ataque feito pelo sujeito a uma pessoa amada, levando a atitudes de reparação. Já o sentimento de culpabilidade é produzido pela mais-repressão com a internalização da violência social, na forma de autopunição. A transgressão em relação à lei - ainda que ambivalente, já que o regime considerava ilegal os atos praticados pelos opositores -, fazendo desaparecer o morto, revela o sentimento de culpabilidade diante de uma violação tão grave. Quando o acontecimento é convertido em segredo, Abraham e Torok (1995) fazem referência a um tipo de recalque conservador, que ocorre quando o acontecimento é transformado em segredo. O ponto central não é só o trauma, senão sua possibilidade ou limitação de elaboração. A reparação seria uma forma de reconhecimento dos fatos ocorridos e, tal como o rito de apaziguamento, restituiria a inscrição temporal da história grupal e familiar dos atingidos, além de apaziguar o mal-estar gerado pela tensão do sentimento de culpabilidade.

A prática sistemática de fazer “desaparecer” os que combatiam o Regime Militar remonta ao período mais repressivo da ditadura, cujo auge ocorreu após o edito do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, com a maior

concentração de desaparecimentos ocorrida entre 1971 e 1975, no Brasil. O caso mais emblemático refere-se aos ativistas da guerrilha do Araguaia, um foco de resistência do regime, localizado na região centro-oeste do Brasil. Segundo dados oficiais, há 133 ativistas políticos desaparecidos, sendo 70 desaparecimentos ocorridos durante os combates no Araguaia. Amparado pela lei da Anistia de 1979, o governo ainda não abriu os arquivos militares que podem elucidar as circunstâncias e os locais de sepultamento dos desaparecidos.

Desse modo, a reivindicação das famílias pela abertura dos arquivos esbarra na concepção de “Segredo de Estado”, sendo ignoradas as dimensões dos efeitos traumáticos que o “não-dito” representa na história familiar dos atingidos. A censura dos meios de comunicação da época tornou o fato ilegítimo, irreal, não acontecido. Sem notícia, não há fato, Sem corpo, não há morte. Sendo assim, a vivência do luto torna-se impossível.

Para Puget (2000), quando um grupo familiar ou conjunto social é atingido por um evento traumático, o conjunto ou o grupo familiar subitamente se congela ou se desorganiza, pois o trauma inscreve na memória o que só poderia ser elaborado caso houvesse ações públicas de parte da comunidade ou no grupo familiar. Como tais ações, no caso dos desaparecidos do Brasil, se resumiram até o momento em práticas indenizatórias, a ausência de uma reparação jurídica dos culpados gera um desconforto que tem interface entre o impacto traumático familiar e a história social comunitária.

Segundo Granjon (2000), nada pode escapar de ser transmitido de uma forma ou de outra. A falta, a transgressão, a morte, o delito com sua carga de culpa e vergonha não podem ser abolidos. Eles são obrigatoriamente transmitidos, inclusive com os impedimentos, interditos e mecanismos de defesa que suscitam, sendo colocados para evitar que seja conhecido, sabido ou dito aquilo que deveria não ser, o que foi traumático. Assim, os arquivos militares, guardiões de segredos velados, são representações do espaço depositário das respostas não-ditas.

Crimes de lesa-humanidade: traumatismos vinculados a uma história coletiva

Durante o período ditatorial, os casos de desaparecimento se tornaram frequentes, sendo praticados sistematicamente como forma de eliminação dos opositores do regime. Por se tratar de um evento traumático, experimentado num cenário de repressão política, os desaparecimentos configuram um caso peculiar e de enfoque duplo, já que atingem tanto o grupo familiar quanto o comunitário. Segundo Puget (2000), trata-se

de uma circularidade dialética, e não de uma linearidade cujas relações são de causa e efeito. Na circularidade dialética, a patologia grupal familiar e os distúrbios psíquicos de um de seus membros estão vinculados a elementos de uma transmissão psíquica geracional não-metabolizada e esburacada, cujos mecanismos são dinâmicos e complexos.

Os traumatismos coletivos, aqui abordados, foram vivenciados sob a imposição do silêncio num contexto social que não permitia dizer, não permitia falar. Tais traumatismos, de intensa violência, geram consequências psíquicas de tal ordem que chegam a afetar a cadeia genealógica.

Ruiz Correa (2000) afirma que cada sujeito ou grupo familiar que vivenciou situações de intenso impacto traumático deverá administrar uma tentativa de elaboração psíquica dos traumatismos, assim como sua posteridade, em nível transgeracional ou intergeracional.

Sobre a diferenciação entre as modalidades de transmissão psíquica transgeracional e intergeracional, Granjon (2000) assinala que, na transmissão intergeracional, a passagem de uma geração para outra se acompanha de uma modificação daquilo que é transmitido, enquanto na transmissão transgeracional o que é transmitido não pode levar a modificações que permitam sua integração psíquica.

Abraham e Torok (1995) afirmam que a realidade tem um nível que atravessa a dimensão fantasmática, originando traumatismos de ordem intergeracional que serão desenvolvidos e sustentados na fantasmática familiar. Isso remete a certas questões como, por exemplo, a vinculação da subjetividade psíquica não apenas ao sujeito, mas ao grupo atingido. Segundo Eiguer (1998), os sintomas patológicos podem ser revelados num membro do grupo, que seria o depositário, o herdeiro forçado do sofrimento, identificando-se com o ancestral mítico.

Granjon (2000) assinala que o evento traumático nortado pelo terror, pela vergonha, não podendo ser pensado, ser elaborado, caracteriza a transmissão transgeracional que irrompe na subjetividade familiar de forma patológica. Enquanto a “cripta” - que significa o enterro intrapsíquico de uma vivência dolorosa e indizível - é o espaço intrapsíquico do ato vergonhoso, os arquivos militares simbolizam o espaço real do que não pode ser revelado.

No ano de 1971, o engenheiro e ex-deputado Rubens Beyrolt Paiva é conduzido para dar esclarecimentos e prestar depoimento sobre sua ligação com opositores do regime. Nunca mais foi visto por sua família. Versões extraoficiais apontam que seu corpo teria sido jogado na Baía de Guanabara. Em relação às

dúvidas e às incertezas sobre o fato nunca confirmado, Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado desaparecido, numa entrevista à Revista *Caros Amigos*, de setembro de 2008, pergunta o porquê da não entrega dos arquivos à sociedade.

A entrevista de Marcelo Paiva representa a necessidade reparadora que a revelação de um segredo pode garantir à família. Nesse sentido, o segredo, o não-dito, ou seja, aquilo que não pôde ser revelado, foi imposto, não pelo ato praticado em família, mas pela verdade velada, sepultada na cripta, materializada nos arquivos militares.

O não-dito guarda o segredo da transgressão violada dos fundamentos e das regras do grupo e da sociedade, tratando-se, segundo Benghozi (2000), de um ataque ao coletivo, à subjetividade grupal comunitária e, por isso, tão difícil de ser revelado. O insuportável passa a ser a impossibilidade de gerir a humilhação e a vergonha, admitindo a autoria dos atos praticados nos porões do regime. Por se tratar de episódios que transgridem as regras do grupo, o impacto da revelação é então um ataque ao simbólico que fundamenta o grupo em suas relações.

Ainda, segundo o mesmo autor, é a partir da gestão da vergonha e da humilhação que o perdão adequadamente pedido é viabilizado. Não falar, não dizer, tornar segredo é proteger, recalcar, esconder eventos traumáticos intensos e terríveis.

A lei da Anistia de 1979, propondo perdão bilateral como forma apaziguadora, não foi suficiente para reparar os episódios sofridos, pois os arquivos de Estado se apresentam como segredos e memória vazia, uma amnésia imposta. A reparação é uma forma de reconhecimento dos fatos ocorridos, uma legitimação dos mesmos. Os efeitos psíquicos impingidos na história familiar dos desaparecidos também são decorrentes do sofrimento imposto pela impossibilidade de saber, de dizer, de falar.

Com a censura dos atos praticados pelo poder vigente na época da ditadura militar, as famílias dos desaparecidos trafegaram entre as versões produzidas e a realidade dos acontecimentos, sendo confrontadas pela frequente dúvida do que de fato havia ocorrido. O não dito, não impresso e não noticiado parecia não existir.

Obviamente, noticiar os fatos não significa a anulação dos episódios ocorridos, mas o contexto de censura destituiu e desqualificou a dor e o sofrimento das famílias dos desaparecidos. Portanto, os efeitos psíquicos na história dessas famílias são ampliados, também, pela ausência do reconhecimento social. Quando nada é dito, tudo é ilegítimo e irreal.

A lei da Anistia, por não permitir pertinência temporal (datas e circunstâncias das mortes) e material

(localização dos corpos), não foi capaz de dar continência, ou seja, de acolher os fatos, representá-los e materializá-los. É o lugar do oco, da lacuna aberta, do ciclo inacabado. Diante das incertezas dos acontecimentos, o não-dito se revela num emaranhado de imprecisões, ampliando a angústia do não saber.

Ruiz Correa (2000) ressalta que cabe perguntar como um sujeito pode ser atingido pela história que pertence a um outro. Pode-se compreender, então, a questão da transmissão como uma herança genealógica que constitui o fundamento do psiquismo do sujeito, que se processa no inconsciente, sendo o grupo familiar o espaço onde essa herança se manifesta por mecanismos de identificação.

Histórias interrompidas: trajetórias de famílias de desaparecidos

Por indicação do grupo *Tortura Nunca Mais*, que defende vítimas de violação dos direitos humanos praticados pelo Estado, e que surgiu como movimento de apoio às famílias de vítimas do Regime Militar Brasileiro, tivemos acesso a duas famílias de ativistas desaparecidos durante a Ditadura Militar no Brasil. É importante ressaltar os trabalhos de componentes do referido grupo, autores-testemunhos como Cecília Coimbra e Helena Besserman Vianna, na denúncia de violação dos direitos humanos pelo Regime Militar no Brasil (Coimbra, 2008; Vianna, 1997). Foram entrevistados dois membros das duas famílias indicadas. Por se tratar de episódios de domínio público, os familiares entrevistados, mediante a assinatura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, permitiram a divulgação de suas identidades e do conteúdo das entrevistas. Os dados das entrevistas foram utilizados para ilustrar a discussão teórica desenvolvida neste trabalho, sobretudo, em relação aos conceitos de transmissão psíquica geracional, luto impossível, não-dito, segredo, trauma, vergonha e humilhação.

O caso Flávio Molina

Embora não mais incluído na relação de desaparecidos mediante a identificação de seus restos mortais, Flávio Molina é considerado um dos casos que representa a luta das famílias de ativistas desaparecidos no intuito de reaverem os corpos de seus entes e ritualizarem suas mortes, após viverem décadas sob o assombro do luto impossível.

Depois de contatos telefônicos, foi marcada uma entrevista com Gilberto Molina, engenheiro civil sexagenário, irmão do ativista Flávio Molina que, morto sob tortura, era tido como desaparecido até 2005 quando, então, sua ossada foi identificada por legistas da Uni-

versidade de Campinas.

Gilberto Molina relatou que seu irmão era um estudante da Faculdade de Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro que, em fins da década de 60, tornou-se militante da ALN (Aliança Libertadora Nacional), um grupo de ativistas políticos que defendia a luta armada a fim de obter êxito numa revolução socialista. De julho de 1969 a meados de 1972, Flávio ficou fora do Brasil, indo residir em Cuba, de onde fazia contatos com a família após longos intervalos, sempre utilizando outros nomes e portadores para enviar cartas com notícias suas. Ainda em Cuba, filiou-se a outro grupo denominado MOLIPO (Movimento de Libertação Popular) e retornou ao Brasil em meados do ano de 1971. Descoberto, foi preso em 6 de novembro de 1971 e morreu sob tortura nas dependências do DOPS, no dia seguinte, véspera de seu aniversário (quando completaria 24 anos). Terceiro filho de cinco irmãos, as atividades políticas de Flávio não eram vistas com entusiasmo por sua família, apesar de Gilberto, seu irmão, também compartilhar de seus ideais.

No contexto da época, os militantes eram denominados subversivos, o que trazia desconforto para famílias tradicionais, religiosas e conservadoras como era a família Molina. Até 1972, não houve notícias de Flávio. Desconhecendo sua morte, a família ficara atenta aos noticiários ou aos possíveis contatos do rapaz, até que, no referido ano, o jornal *O Globo* publicou uma nota de reportagem policial na qual narrava que, durante confronto com a polícia, Flávio Molina teria morrido. Mediante essa nota, a família Molina foi à procura de notícias sobre Flávio, obtendo repetidas negações sobre sua morte. Porém, com a nota veiculada no jornal, a família tem o primeiro indício sobre a sua morte. Somente em 1978, após inúmeras peregrinações, foi recebida de um Policial Federal a declaração de que Flávio realmente havia morrido.

Entre 1980 e 1981, através de uma militante, a família conseguiu achar o cemitério clandestino localizado em Perus, onde o corpo de Flávio teria sido enterrado. Em 1990, após exaustivas tentativas, foram encontradas ossadas que, somente em 2005, foram identificadas como sendo de Flávio Molina.

Era comum, na época mais dura da ditadura, a criação de versões diferentes sobre a morte de um ativista. No caso da família Molina, apesar de Flávio ter utilizado nome falso e viver na clandestinidade, o referido jornal divulgou seu nome verdadeiro, o que permitiu à família buscar seu paradeiro a partir da nota veiculada. Porém, como a morte de Flávio ocorreu em outras circunstâncias, diferentes das relatadas pela imprensa, a peregrinação da família esbarrava na negação da prática de tortura e desaparecimento do corpo.

Quando indagado sobre a trajetória da família durante esse período, Gilberto Molina apresentou a luta em fases:

1ª Fase - De 1971 a 1972: “Não se sabe nada”

Não se sabe se está vivo ou morto, livre ou preso. Nesta fase, a família experimentou o não-dito, o indizível que evoca a proibição que atinge a palavra. Sem poder pedir ajuda, a família não fala, pois a atuação do filho subversivo não é revelada ou confirmada. Não se pode falar, e as práticas de violação aos direitos humanos, pelo aparato repressivo do Governo, também não são ditas. A família vive a fase do indizível, a proibição da palavra, o efeito do segredo da família que viveu o segredo do Estado.

2ª Fase – De 1972 a 1978

A família vive a fase de negação dos fatos pela ausência do corpo. Vive o luto impossível. Este período persiste até a confirmação do fato por versões não oficiais de uma autoridade.

3ª Fase – 1978 a 1990

A procura pelos restos mortais, a busca pelo corpo, pela ritualização do luto, ou seja, da reação à perda da pessoa amada.

4ª Fase – De 1990 a 2005

O reconhecimento da ossada, o preenchimento do vazio, do irrepresentável, ocupando a lacuna aberta do ciclo de vida familiar e da memória.

Perguntado sobre os sentimentos que se abateram sobre a família nesse processo, Gilberto Molina diz de forma categórica: *“Foi um velório que durou 34 anos. A abertura dos arquivos impediria o sofrimento de famílias que até hoje vivem um estado de velório permanente”*.

Segundo relatos de Gilberto Molina, os episódios mais difíceis foram os que se seguiram após a confirmação da morte de seu irmão, durante o período de escavação no cemitério clandestino em Perus e a exumação dos ossos na Universidade de Campinas. A imagem de vários ossos, partes de ossos sem identificação, espalhados sem nenhum cuidado, causou perplexidade em Gilberto por se tratar dos restos mortais de alguém que lhe era tão caro.

Sobre esse tipo de sentimento, Benghozi (2000) ressalta situação semelhante ocorrida na Bósnia. O autor faz referência à solidão com angústia de aniquilação - que corresponde, segundo ele, à “angústia de morte anônima” - à massificação com perda do nome, da individuação, que traduzem um ataque contra o

que pode ser simbolizado e nomeado. O indivíduo está desidentificado, parece que pode ser reduzido a uma materialidade carnal, até mesmo a lixo. A visão dos ossos empilhados, misturados, é como um ataque contra a dignidade dos nomes, dos lugares, dos corpos. Um ataque contra o simbólico e contra a ausência do ritual de luto.

Em 2005, Flávio Molina não era mais um desaparecido, mas a peregrinação da família, para finalizar a angústia instaurada desde seu desaparecimento até a identificação de seus restos mortais deixou resquícios de dor e um legado de sofrimento que se revelou na forma como a família se portou diante desse processo. Segundo Gilberto, seus pais foram se silenciando, adoecendo, amortecendo a dor à medida que a reclusão e a recusa de falar iam lhes “roubando” a vida. Sua mãe morreu pouco depois da exumação dos restos mortais do filho ser concluída, como que a esperar encontrá-lo antes de partir. Seu pai faleceu em 1985, imerso em silêncio.

O nome Flávio foi se perpetuando na família através dos sobrinhos. Gilberto tem uma filha chamada Flávia e um sobrinho chamado Flávio. A adoção do nome foi a forma de repararem e de reconhecerem a presença do irmão e a sua memória na história da família. A família Molina precisou de 34 anos para enterrar os restos mortais de Flávio.

A família Grabois: em busca da memória não preenchida pelos desaparecimentos

Victória Lavínia Grabois é pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, filha, esposa e irmã de desaparecidos políticos que morreram na Guerrilha do Araguaia, uma resistência organizada para recrutar camponeses e treiná-los para um combate revolucionário na região centro-oeste, entre o Pará, o Maranhão e Goiás. Organizada por líderes políticos universitários, profissionais liberais e camponeses, a guerrilha foi combatida pelo governo de 1972 até 1975, quando dizimada no último combate. A Guerrilha do Araguaia guarda ainda muitos segredos. É o caso mais emblemático de desaparecidos no regime militar e alvo constante do movimento pela liberação de arquivos militares.

Victória Grabois narra como sua família enfrentou o processo traumático do não-dito que até hoje perdura, já que seu irmão, seu pai e seu marido ainda não tiveram seus restos mortais encontrados. Ela é filha de Maurício Grabois, signatário do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o “Partidão”. Criada numa família de militância política, Victória e seu irmão André Grabois sempre viram seus pais, Maurício e Alzira Grabois, envolvidos em atividades ligadas ao partido comunista.

Em 1972, o primeiro marido de Victória, Gilberto Olímpio, seu irmão, André Grabois, e seu pai, Maurício

Grabois, seguiram para o Araguaia. Victória, sua mãe Alzira, e seu filho Igor se instalaram em São Paulo, sob identidade falsa para que as atividades da família fossem preservadas. Para todos, Victória apresentava a condição civil de divorciada, trabalhava como professora e morava na companhia da mãe e do seu filho Igor.

Através de informações de uma rádio-transmissora que levava comunicações de guerrilha com a Albânia no Leste Europeu, o Partido teve conhecimento da morte de André e, a partir de contatos com pessoas do Partido, Victoria Grabois soube que seu irmão havia morrido em outubro de 1973. Ao saber do ocorrido, ela nada relatou à sua mãe. O não-dito era um segredo familiar também.

Para Ruiz Correa (2000), o que importa, mais que o conteúdo do segredo, é a interdição de falar. Existe uma dupla necessidade, ou seja, de calar e de falar; e o que se transmite de uma geração a outra é a clivagem na forma de segredo.

Victória temia revelar a morte do irmão, até porque falar não resolveria a questão de forma correta, pois a luta das famílias de ativistas políticos, denominados subversivos, não tinha legitimidade dentro do contexto do regime militar. Em 1979, com a anistia, surgiram as primeiras notícias sobre o combate na Guerrilha do Araguaia. Durante todo este período, Igor, filho de Victória e Gilberto Olímpio, indagava sobre o pai, perguntando se ele os havia abandonado. Falava-se sobre o trabalho do pai, viagem que não terminara.

Em janeiro de 1980, o jornal *Folha da Tarde* publicou uma lista com os nomes dos combatentes mortos na Guerrilha do Araguaia. Saíram os nomes do pai (Maurício Grabois), do irmão (André Grabois) e do marido (Gilberto Olímpio) de Vitória. Sua mãe, então, soube das mortes de seu filho, marido e genro através do jornal.

Em maio de 1980, o filho de Victória soube da morte do pai num encontro com a família de seu primo. Apesar de o referido jornal já ter veiculado a notícia, Vitória preferiu poupá-lo (era ainda um adolescente), mas ele soube de forma repentina e não fez comentários. Ainda em 1980, Alzira Grabois soube, por um camponês que morava na região do Araguaia, que seu filho André foi fuzilado pelas costas. Ao ouvir esse relato, Alzira Grabois, mãe de Vitória Grabois, ficou surda. Nunca mais sua audição foi recuperada. Alzira Grabois faleceu em 1999 e sua luta pela abertura dos arquivos até hoje não foi encerrada.

Como forma de reparação familiar, Victória, no segundo casamento, deu o nome de *Maurício* para seu segundo filho em homenagem ao seu pai, Maurício Grabois. Seu neto, filho de Igor, chama-se Gilberto (nome do primeiro marido de Victória e avô da criança). Sobre os efeitos psíquicos nessa família, impedida de ritualizar a morte de seus familiares, pela ausência dos corpos até

hoje desaparecidos, observa-se um ciclo aberto. Segundo Victória, a falta de desfecho da história inviabilizou a elaboração do trauma na família na segunda geração.

De acordo com Granjon (2000), a existência de cada um no grupo familiar está fundada no lugar oferecido e ocupado na cadeia geracional, na relação com aqueles que o precederam. As variantes da transmissão psíquica, como o indizível, são causadoras do sentimento insuportável, atingindo a proibição de falar, levando à exclusão das lembranças de alguns membros das gerações anteriores. Assim, ainda que o filho de Victória não negue a história do avô e do pai, ele se recusa a falar sobre o tema, alegando não suportá-lo.

Para Fustier e Aubertel (1998), a maneira pela qual a família vive esses traumatismos depende do próprio acontecimento e, sobretudo, do sentido dado a esse acontecimento e sua inscrição na história familiar. O resultado da elaboração dos traumatismos está, então, subordinado às capacidades de continência do aparelho psíquico familiar. Essa continência está relacionada à aceitação da mudança, à possibilidade de pôr no passado os acontecimentos, ou seja, à capacidade da família de efetuar um trabalho de luto.

No caso das famílias dos desaparecidos, pôr o passado no passado e elaborar o luto só será viabilizado psiquicamente mediante a ritualização do simbólico, ou seja, daquilo que pode ser nomeado, pois a ausência do corpo atravessa o imaginário como um ciclo inacabado, por isso mesmo insuportável. O não-dito para as famílias dos desaparecidos aparece também como um mecanismo defensivo, tendo em vista a peculiaridade que envolve a questão.

Denominados como terroristas e subversivos, a atuação dos guerrilheiros era uma transgressão às regras estabelecidas ao poder vigente. Como então falar ou se queixar sobre a questão se as práticas dos envolvidos eram hostilizadas por alguns segmentos da sociedade ou até mesmo, em alguns casos, pela própria família? Por isso, não falar é um processo de alienação necessário para a família, é a instauração do segredo, a cripta, ou seja, o sepultamento dos fatos. Desse modo, a clivagem, um processo de isolar, alienar as emoções dos fatos, se torna necessária para suportar o impacto traumático.

No aspecto grupal comunitário, há a crença cultural de que somos um país pacífico, sem histórico de guerra, e não falar sobre esses episódios é negar as transgressões fundamentais e fundadoras do grupo, no caso, a nação pacífica. A busca de justificativas para os atos de violência praticados não tem respaldo moral nem legitimidade, daí a negação em abrir os arquivos, os quais receberão a vergonha e a culpa.

A interface da vergonha e da culpa, que outrora pertencia ao grupo agressor no anonimato, sofre agora a ameaça de ser exposta. O antes guardado pela impos-

sibilidade de falar da família é também um segredo por parte dos envolvidos em função da dimensão de crueldade praticada. Sendo assim, as pessoas envolvidas com os desaparecimentos são reféns dos segredos guardados.

A família Grabois, segundo o relato de Victória, só pôde expressar a dor e o sofrimento após a anistia, já que foi reprimida durante anos, sendo obrigada a manter sua verdadeira identidade guardada durante a ditadura, com o medo frequente de anunciar o verdadeiro nome. Igor, filho de Victória Grabois e criança à época, teve outro nome durante um tempo; sem poder dizer quem era e sem poder ser quem era. Disso não se podia falar.

O silêncio de Victória durante os anos deixava dúvidas em Igor sobre quem era e onde estava seu pai. Para Victória, ainda não é possível pôr no passado o luto que não se realizou. A sua fala expressa uma culpa que, segundo a mesma, permaneceu com sua mãe quanto à escolha do filho André de ser guerrilheiro. Victória se pergunta se André, que morreu aos 27 anos, teria tido escolha ou se ele decidiu ir para a guerrilha como único destino.

Em famílias cujo ciclo de vida é interrompido de forma tão traumática, a culpa é um sentimento que não está apenas no outro, no agressor, mas também é encontrada na incompetência da família em preservar seu ente querido, tendo permitido que ele se expusesse diante de riscos tão iminentes.

Quando se refere ao pai, Maurício Grabois, Victória diz que ele, já maduro, teria feito essa opção de forma compatível com seu histórico de luta. As perdas nessa família produzem, portanto, um significado ampliado sobre o impacto da morte de forma diferenciada para cada um de seus membros. O não dito circula na família dos atingidos, no segredo dos envolvidos com os desaparecimentos e no adiamento da resolução da questão diante do impasse para a libertação dos arquivos militares.

A gestão da vergonha e a abertura dos arquivos

A vergonha é um sentimento de aspecto moral e atinge as normas que regem as relações do grupo comunitário. Encoberta por posturas ideológicas, a defesa de certos atos obscurece as motivações de suas práticas. A subjetividade, nascida no contexto social e vivida nele, se apresenta depositária de ações que revelam a crueldade e o desumano, e que são muitas vezes “desculpadas” pelo cumprimento do dever exigido.

Eiguer (1998) postula que a transmissão psíquica entre gerações intervém na organização do superego individual. Para ele, a manifestação da vergonha na família narcísica se dá pela psicose, como uma herança

patológica da ferida narcísica. Pode-se também observar um objeto que inspira culpa e idealização nas famílias que viveram lutos prolongados ou inacabados.

Victória Grabois sinaliza o duplo sentimento ao revelar a culpa que sua mãe sentiu pelo destino trágico de seu irmão André, morto na Guerrilha, e a idealização da luta da família como uma questão heroica. Paradoxalmente, a gestão da vergonha é também uma questão evidenciada pela negação da abertura dos arquivos, como uma vergonha da exposição dos atos praticados e mantidos encobertos sob a insígnia de segredos de Estado. A gestão da vergonha é, portanto, grupal e familiar. Ela se manifesta na humilhação das vítimas e nos agressores; é uma gestão de aspecto circular que envolve todo o grupo.

A abertura dos arquivos se configura como revelação dos segredos, um lugar de memória que atinge a história familiar dos desaparecidos e de seus algozes, ambos reféns do segredo encriptado, do que é vergonhoso gerir. Na família dos desaparecidos contemplados pelo processo histórico, a administração da vergonha se estabelece pela incapacidade de ter seu parente vivo. É a vergonha de ter sobrevivido, a culpa pela morte do outro. Esse sentimento manifesta-se com maior evidência na relação dos pais, dos cuidadores, que se sentem incapazes por não manter protegidos os filhos e, assim, elaboram a culpa através da luta por sua memória. Pode-se citar como exemplo as Mães da Praça de Maio que, de forma obstinada, compareceram durante anos à Praça de Maio, na Argentina, como protesto reivindicatório pelo desaparecimento de seus filhos.

Freud (2006/1930) ressalta que o sentimento de culpa é um dos meios que a civilização encontra para inibir a agressividade encontrada no aparelho psíquico. Nesse caso, a gestão da vergonha estará sempre vinculada não somente aos agressores, mas também às famílias dos desaparecidos. Isto se revela, inclusive, na veiculação de notícias pela imprensa sobre as ações investigatórias. Em matéria da *Revista Época*, de 16/06/08, observa-se que a gestão da culpa passa pelo dinheiro pago às vítimas, o qual serve para administrar e evitar o confronto e a vergonha do que se encontra nos arquivos. As famílias beneficiadas precisam, então, lidar com a ambivalência entre a vergonha e a culpa, ambas geradas pelas ações pecuniárias, e o desejo de reparação com a responsabilização pelas mortes. Esse sentimento de ambivalência expõe as famílias, os parentes de subversivos na ditadura, os familiares de mártires na abertura política e, agora, os aproveitadores do sistema. Porém, no aspecto jurídico e social, a abertura dos arquivos é a possibilidade de ver o drama e a dor, de quem tanto perdeu, reconhecidos.

Considerações finais

Assistindo ao vídeo do *Seminário Clínica e Direitos Humanos*, da Fundação Oswaldo Cruz (2008), tantas informações preciosas suscitaram em nós motivos profundos de reflexão e introspecção. A primeira dessas informações foi uma exposição, exibida sob o título “Ausências”, que mostrava fotografias feitas na década de 1970 por um fotógrafo argentino e, após estas, fotografias tiradas 30 anos depois no mesmo cenário, mas sem algumas pessoas: os desaparecidos. A segunda informação, a fala de Marcos Besserman Viana, do *Grupo de Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman*, relatando que amigos e parentes, antigos frequentadores da casa, sumiam durante a repressão. O temor escondia a pergunta: “Onde estará aquele que não apareceu?”. Esta pergunta ainda persiste para os familiares dos desaparecidos, seja como sintoma, luta ou silêncio.

Ouvindo as histórias e a contribuição generosa de Vera Vital Brasil, psicóloga do grupo *Tortura Nunca Mais*, compreendemos que aqueles que se sustentaram em redes de apoio e buscaram a luta pela memória de seus familiares conseguiram elaborar, ainda que em parte, uma maneira de dar continência à dor, ao contrário daqueles que sucumbiram diante do silêncio.

Em suma, apesar de tudo que ocorre ainda hoje e de vivermos num Estado que ainda pratica violações, é muito bom poder falar e perceber que a liberdade é maior do que qualquer ideologia.

Atualmente, através de uma linha histórica chamada “revisonista” (*O Globo*, de 14/12/08), alguns estudiosos do tema afirmam que as violações cometidas nos anos do regime militar só foram possíveis por causa da aceitação de vários setores da sociedade civil, os quais apoiavam o regime. Essa leitura revisionista incomoda, mas nos faz refletir. Negar nossa própria responsabilidade sobre o que ocorre em nosso meio é também uma forma de mostrar o quão difícil é, para nós, reconhecer e gerir os efeitos do ataque que parece ser contra o outro, mas que é contra nós mesmos.

Enquanto profissionais da saúde, é preciso compreender nosso papel, empreender com mais eficiência nossa escuta e considerar que “o discurso social não fica assim denegado na dimensão atual do mal estar na civilização” (Ruiz Correa, 2000, p.8). Nesse sentido, uma escuta amparada pelo estudo das teorias da transmissão psíquica geracional oferecer-nos-á subsídios preciosos para a compreensão de como, tão surpreendentemente, o que não foi elaborado se apresenta diante de nós. Uma metáfora muitíssimo bem descrita por Almodóvar em seu filme *Volter*²: os fantasmas sempre voltam para nos assustar.

Notas

- ¹ Lei de 28/08/79 que concede anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
- ² Produção cinematográfica de 2005, do espanhol Pedro Almodóvar, que retrata a trajetória de três gerações de mulheres de uma mesma família que vivenciaram situações marcadas pelo medo, culpa e vergonha. Esses sentimentos, que as unem, pairam como fantasmas e demonstram a forma como cada uma delas enfrentou seu drama.

Referências

- Abraham, M. & Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta. (Original publicado em 1969)
- Benghozi, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias, desamalgamar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In O. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp.89-101). São Paulo: Escuta.
- Berger, P. & Luckman, T. (1996). *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1966)
- Coimbra, C. M. B (2008). Reparação e memória. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, 13, 13-34.
- Eiguer, A. (1998). A parte maldita da herança. Em A. Eiguer A. (org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 21-81). São Paulo: Editora Unimarco.
- Fustier, F. A. & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica pelo sofrimento. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp.129-148). São Paulo: Editora Unimarco.
- Freud, S. (2006). Totem e tabu. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI, pp.73-148). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (2006). O mal estar na civilização. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIII pp.21-162). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1930)
- Fundação Oswaldo Cruz. *Seminário Clínica e Direitos Humanos*: efeitos transgeracionais da violência de Estado no Cone Sul. Acesso em 11 de dezembro, 2008, em <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=6&Num=97&Sub=1>
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço da terapia familiar psicanalítica. In O. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17-43). São Paulo: Escuta.
- Puget, J. (2000). Disso não se fala... Transmissão e memória. In O. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 73-87). São Paulo: Escuta.
- Ruiz Correa, O. (2000). *Legado familiar*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa.

Vianna, H. B. (1997). *Politique de la psychanalyse face à la dictature et à la torture : n'en parlez à personne...* Paris: L'Harmattan.

Recebido em: 16/01/2010

Revisão em: 12/05/2010

Aceite em: 13/08/2010

Míria Ribeiro Neto da Silva é Especialista em Terapia de Família e Casal pela PUC-Rio. Endereço: Rua da Fábrica, 168. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 21820-110. Email: mirianeto@ig.com.br

Terezinha Féres-Carneiro é Professora Titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Endereço: Rua General Góes Monteiro, 8 D/2403. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 22290-080. Email: teferca@puc-rio.br

Como citar:

Silva, M. R. N. & Féres-Carneiro, T. (2012). Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 66-74.